

PEIXOTO, Fernanda A. (orgs.). A cidade e seus agentes: práticas e representações. Belo Horizonte/ São Paulo: PUC Minas/Edusp, 2006. 408 p.

MARGARETH DA LUZ

A cidade como objeto específico de estudo e não apenas como cenário - onde determinados fenômenos ocorrem - é o que assinala a perspectiva que “toma a cidade ou o contexto urbano como tema substancial de reflexão”¹, na direção da constituição de uma autêntica antropologia urbana, ou seja, de uma antropologia *da* cidade e não apenas *na* cidade. Esse esforço de compreensão da cidade e do urbano resultou na organização de dois fóruns de pesquisa durante a 23^a. e a 24^a. Reunião Brasileira de Antropologia promovidas pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA): “Cidades, representações e experiência social” (Gramado, 2002)² e “As múltiplas faces da cidade e do urbano” (Olinda, 2004)³.

As cidades e seus agentes: práticas e representações reúne quinze artigos, frutos das discussões desenvolvidas nos dois fóruns citados.

A despeito da diversidade de autores e enfoques, o livro apresenta um caráter integrado - com um fio condutor -, organizando o conjunto, virtude difícil de ser encontrada em coletâneas do gênero, conforme ressalta José Guilherme Cantor Magnani no texto de abertura da obra. Isso porque o trabalho resulta de

uma discussão articulada em torno de linhas de forças bem definidas pelos dois encontros acadêmicos citados, fazendo com que os textos dialoguem entre si. Algumas questões permeiam o livro, costurando tal unidade, como as relações imaginadas ou materialmente construídas entre cidade e modernidade, abrangendo desde o estudo de projetos ou planos de intervenções urbanas - implementados ou não - nas cidades de Recife, Fortaleza, Campinas, Buenos Aires, Paris, Belém, Vitória e São Bento de Sapucaí até a análise das representações e categorias que compõem o imaginário social, erudito ou popular, que acompanha os processos de modernização.

Outro eixo que atravessa a coletânea explicitado em seu subtítulo é a relação necessária, interdependente e reflexiva entre as práticas de espaço e as representações que lhe são associadas, bem como entre ambas e os agentes que realizam as primeiras e constroem ou mobilizam as segundas. Trata-se, nessa perspectiva, de examinar as disputas materiais e simbólicas em torno de lugares, equipamentos e espaços urbanos e seu impacto sobre as práticas cotidianas, dos usos e contra-usos do espaço público, colocando em jogo a “cidade ideal” e a “cidade real”⁴.

A primeira parte, “Intervenções Urbanas e Patrimônio”, sugere uma abordagem do patrimônio como processo sociológico e não a

1. FRÚGOLI JR., Heitor. ‘O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia’. *Revista de Antropologia*, USP, v.48 n°1, p. 134-165, 2005.
2. Coordenado por Heitor Frúgoli Jr. e Fernanda Arêas Peixoto.
3. Coordenado por Heitor Frúgoli Jr e Luciana Teixeira de Andrade.

4. ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 280p.

partir de supostos conteúdos significativos apriorísticos, o que lhe permite ser gerenciado por diferentes atores, nas mais diversas situações e embates. Os artigos reúnem diferentes experiências de “revitalização” urbana que evidenciam a associação entre poder público e iniciativa privada, analisadas sob a ótica da relação entre patrimônio cultural e desenvolvimento econômico que orienta as estratégias de marketing urbano e resulta necessariamente em processos de exclusão social, reunidos comumente sob o vocábulo *gentrification*. Aqui entra em jogo uma visão mercadológica da cultura e do patrimônio, transformando a memória social em produto, o espaço urbano em espetáculo e os cidadãos em consumidores. Os artigos dessa parte ressaltam nessa operação a delimitação de fronteiras entre os usuários desejados e os excluídos, territorializando as relações de poder. Os autores se mostram particularmente interessados nos usos dissonantes dos espaços-alvo dos projetos de “revitalização” urbana, pelos setores urbanos excluídos dessas políticas, ou mesmo na análise de tais processos. Rogério Proença Leite, em “Margens do dissenso: espaço, poder e enobrecimento urbano”, afirma que a existência de contra-usos no espaço “revitalizado” do Bairro do Recife, em Pernambuco, sugere menos manifestações de “desordem” ou rejeição intencional das práticas esperadas pela planificação do que simplesmente formas singulares e alternativas possíveis de apropriação desses espaços. O artigo de Tarcísio R. Botelho, “A revitalização da região central de Fortaleza (CE): novos usos dos espaços públicos da cidade”, demonstra a limitada capacidade de efetivação dos objetivos que nortearam o projeto de revitalização do centro da capital cearense. Esse fato é atestado pela presença indesejável dos “barraqueiros” em conflito com os donos de bares e restaurantes, favorecendo a reapropriação daquele espaço urbano pela população local, provocando a criação de um espaço pú-

blico específico. O autor reputa essa limitação ao fato do projeto ter sido empreendido pelo governo estadual em disputa eleitoral com a municipalidade, o que acabou por dissociá-lo das políticas urbanas locais. Já Antonio Maurício Dias da Rocha, em “‘Uma metrópole da floresta’: representações do urbano na Amazônia”, põe em foco as percepções dissonantes do urbano, vigentes no cotidiano da população de Belém, que informam os modos de ocupação e uso do espaço da cidade e que podem servir de parâmetro para se pensar a depredação do patrimônio histórico para além das explicações baseadas na agressão e indiferença. Laura Graziela Gomes, por sua vez, apresenta um contra-exemplo de uso do patrimônio, envolvendo a mobilização em torno da preservação da ex-sede da CGT Métaux, no leste da capital francesa. Em “La Maison des Métallos: representações e estratégias de preservação do patrimônio no leste parisiense”, que tem por epígrafe um texto de Jérôme Monnet⁵, o patrimônio é um recurso usado na luta contra o enobrecimento da região, servindo a um processo de repolitização do espaço público e de produção de localidade. Nesse processo são gerados mecanismos de co-operação e solidariedade entre os diversos atores ameaçados pela *gentrification* – imigrantes, trabalhadores, sindicatos e diversas associações, comerciantes tradicionais – e de “re-responsabilização” dos agentes urbanos. Os trabalhos de Silvana Rubino, “Os dois lados na linha do trem: história urbana e intervenções contemporâneas em Campinas, SP”, e de Mônica Lacarrieu, Maria Carmam e Maria Florencia Girola, “Procesos de transformación urbana en lugares centrales y periféricos del área metropolitana

5. MONNET, Jérôme. O álbi do patrimônio: crise da cidade, gestão urbana e nostalgia do passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 24, 1996, p.220-228. Em tal texto, o autor afirma que o patrimônio é “um álbi de uma despolitização das políticas urbanas”.

de Buenos Aires: ¿ganó el urbanismo escenográfico?”, se detêm na análise dos projetos de revitalização, com atenção para os processos de exclusão que são potencialmente – no caso de Rubino – ou necessariamente correlatos. O primeiro artigo problematiza o alcance dos conceitos de *gentrification* e revitalização em cidades não-globais, a partir da comparação entre dois espaços urbanos campinenses separados pela linha férrea. Um constituindo uma paisagem de poder – abrangendo a área do Centro, inserida nos discursos que procuram posicionar a cidade num mercado global, por meio de intervenções emblemáticas de grandes centros urbanos como Barcelona ou Buenos Aires –, e outro o vernacular, dos sem poder: a Vila Industrial, alvo de políticas de preservação, calcadas na legitimidade do uso daquele espaço por determinados grupos sociais, reconhecidos como “comunidade”. O segundo artigo lança mão do conceito de urbanismo cenográfico para investigar processos de renovação urbana na cidade de Buenos Aires, criados na pródiga era da “festa menemista” e importados para um contexto de empobrecimento da população e conseqüente agravamento das desigualdades sociais. O urbanismo cenográfico está ainda articulado às concepções de “cidade-criativa”, onde os recursos da cultura são vistos como soluções inovadoras para os problemas urbanos, e de “cidade-evento”, fundamentada na “indústria do imaginário”, que busca conjurar os efeitos disruptivos da segregação, através da criação de uma cidadania contemplativa e, portanto, politicamente esvaziada.

A segunda parte, intitulada “Imaginário, história e memória”, focaliza a dimensão simbólica das práticas urbanas, com atenção para a construção histórica das relações entre cidade e modernidade. O artigo de Fernanda Arêas Peixoto, “As cidades nas narrativas sobre o Brasil”, reconstrói a trajetória das imagens projetadas sobre as cidades na imaginação so-

cial brasileira. Interessa à autora saber como a cidade vai se insinuando nos discursos sobre o Brasil – a princípio localizados no sertão –, a partir das relações construídas entre tradição/modernidade, rural/urbano, cordialidade/civilidade, privado/público. De alguma forma, essa “desinteriorização” dialoga com o artigo de Geert A. Banck, que, em “Dois planos urbanísticos na cidade de Vitória: saúde e praia como metáforas do imaginário urbano”, analisa as representações positivas que a paisagem praiana adquire historicamente. Num primeiro momento, em oposição ao atraso, insalubridade e desordem da cidade histórica, serve de pretexto para o projeto de construção, em 1896, de um novo centro urbano, à beira-mar, inspirado nos ideais republicanos e positivistas, e depois, nos anos 1970, quando um aterro alarga as possibilidades de desfrute da praia, agora representada como espaço democrático de lazer e consumo. Izabela Tamasso, em “A cruz do Anhangüera: representações, experiências, memórias e patrimônio” também aciona o eixo temporal para refletir sobre a transformação de um bem cultural em patrimônio e as mudanças históricas a que são submetidos os seus significados. Mobilizando um mito de origem, a polêmica em torno da reconstrução do monumento-símbolo de Goiás traz à tona as ambigüidades com que é retratado o herói fundador, Anhangüera, bem como a luta simbólica entre a elite cultural e religiosa locais. À margem dessa disputa, a população começa a sentir a falta da Cruz, menos como monumento histórico do que como “lugar de memória”, como marco de suas trajetórias urbanas cotidianas. Fraya Frehse, em “Do impacto da modernidade sobre a civilidade das elites nas ruas de São Paulo no século XIX”, sublinha as mudanças e permanências no comportamento das classes altas paulistas no uso do espaço público nos Oitocentos, com atenção às técnicas corporais. O estudo revela que, apesar das transformações advindas

com a modernidade, nas quais as ruas deixam de ser lugar de passagem – “passarelas cerimoniais” para o desfile de uma posição social – e se tornam locais de circulação, ou seja, “núcleo espacial de referência”, com a frequência a cafés, restaurantes e jardins, o comportamento da elite continua a ser pautado pela pessoalidade, pelo desejo de marcar distinções.

Na última seção, “Segregação espacial e dinâmicas culturais”, são tratados diferentes processos de produção do espaço urbano a partir da construção de fronteiras materiais e/ou simbólicas que, muitas vezes, acabam gerando territórios segregados. A forte inflexão etnográfica dos artigos permite novos enfoques para antigas polaridades como campo/cidade, tradicional/moderno, comunidade/sociedade. Em “A arena em torno do futuro Plano Diretor de São Bento de Sapucaí (SP): novos significados da relação entre cidade e campo”, Heitor Frúgoli Jr. problematiza essas dualidades lógicas apresentando concepções diversas sobre a urbanização dessa pequena cidade paulista, onde a equação urbano/moderno \therefore rural/tradicional não se evidencia da maneira esperada. Assim, moradores tradicionais defendem a urbanização da cidade e o uso utilitário do meio ambiente, enquanto os novos moradores, vindos de centros urbanos maiores, reivindicam o manejo turístico do meio ambiente, que reforçam a “ruralidade” de São Bento de Sapucaí. Essa questão não deixa de estar presente em “Estilos de vida nos condomínios residenciais fechados”, de Luciana Teixeira de Andrade, que, graças à natureza etnográfica do estudo, descarta a fuga da violência urbana como explicação para a multiplicação desses espaços privatizados. A percepção da perda de um determinado estilo de vida – buscado pelos primeiros moradores de um condomínio em Nova Lima, Belo Horizonte –, no qual se insinuam valores ligados a uma concepção idílica da vida rural, em virtude da vinda posterior dos “novos-ricos”, evidencia

os conflitos e diferenciações, em contraponto a estudos anteriores que costumam privilegiar a aparente unidade e distanciamento da vida da cidade. O trabalho de Maria Celeste Mira, “Ongueiros, festeiros e simpatizantes: o circuito urbano da ‘cultura popular’ em São Paulo”, também coloca em foco esse ideal de “comunidade” acionado pelos grupos que trabalham com “cultura popular” na metrópole paulistana, apropriando-a num contexto de mercantilização do tradicional, estetização da vida social e de incorporação da lógica gerencial na gestão da cultura. Essas representações sobre o “rural” se insinuam, ainda, no artigo de Cibele Saliba Rizek e Joana da Silva Barros, “Mutirões autogeridos: construindo e desconstruindo sociabilidades”, presentes na base das políticas que incorporaram experiências de produção de habitação popular consideradas como “boas práticas”. Através da leitura etnográfica de dois mutirões realizados em União da Juta e Cazuza, ambos em São Paulo, bem como de sua reconstituição histórica, as autoras evidenciam tanto os múltiplos e variados sentidos atribuídos à “autogestão”, quanto os limites para concretizar sua autonomia. Inicialmente ligada à crítica ao desenvolvimentismo (1970), na qual a “cultura rural” é considerada virtuosa, a autogestão vai assumindo nas décadas seguintes feições de uma “mitologia política”, ao ser transformada em política oficial, justificada em nome das “práticas emancipatórias”, durante os anos 1980, até perder seu caráter autogestionário na década de 1990, encontrando-se dependente tanto das ONGs, quanto das políticas clientelistas do Estado. Esse processo resulta em territórios urbanos segregados da vida da cidade, além de tornar invisíveis os dilemas e conflitos gerados por essas experiências. Por fim, “A gramática nativa: reflexões sobre as categorias morro, rua, comunidade e favela”, de Fernanda Delvalhas Piccolo, analisa as representações que se constroem a partir das relações entre a

favela Morro dos Macacos e o bairro de Vila Isabel, no Rio de Janeiro, onde está inserida, nas quais a “comunidade” se torna uma estratégia discursiva, utilizada tanto pelos atores do “asfalto” quanto do “morro”, para dirimir os conflitos.

A cidade e seus agentes: práticas e representações é uma importante contribuição aos estudos que procuram fugir das interpretações que tornam a cidade um mero “epifenômeno”

da dinâmica de acumulação do capital, onde os fenômenos urbanos pedem substância crítica. No livro, ao contrário esses fenômenos ganham conteúdo significativo por sua não dissociação do contexto urbano em que ocorrem, tornando-se parte dos processos dos sentidos da cidade. Enfim, o leitor interessado no tema encontrará nesta coletânea o aprofundamento de questões importantes para a consolidação de uma verdadeira antropologia *da* cidade.

autor **Margareth da Luz**

Doutora em Antropologia/UFF

Recebido em 18/07/2007

Aceito para publicação em 13/10/2007